

POLIFARMÁCIA E RISCO DE IATROGENIA NA PRÁTICA CLÍNICA: DESAFIOS NO MANEJO DE PACIENTES COM MÚLTIPLAS COMORBIDADES

AUTORES

Giovana Anheti PRADO

Lucas Henrique MANETE

Charleni Alcântara FAUSTINO

Isabela Letícia Pradela CORREIA

Laura De Lucca Castro MATOS

Discentes da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

Viviane Anheti PRADO

Médica Infectologista do Hospital de Base de São José do Rio Preto

RESUMO

A polifarmácia, caracterizada pelo uso concomitante de múltiplos medicamentos, tem se consolidado como um dos principais desafios na prática clínica contemporânea, especialmente em pacientes com múltiplas comorbidades. Embora seja frequentemente necessária para o controle adequado de diversas condições crônicas, a utilização simultânea de diferentes fármacos está associada a um aumento significativo do risco de eventos adversos, interações medicamentosas e iatrogenias, impactando diretamente a segurança do paciente e a eficácia terapêutica. O presente estudo teve como objetivo analisar os principais riscos relacionados à polifarmácia, bem como discutir os desafios envolvidos no manejo clínico desses pacientes, com base em evidências científicas recentes e dados epidemiológicos. Trata-se de uma revisão analítica da literatura, com abordagem descritiva, utilizando bases de dados como PubMed, SciELO, Google Scholar e Biblioteca Virtual em Saúde. Os resultados evidenciam que o uso inadequado de múltiplos medicamentos está diretamente relacionado ao aumento de internações hospitalares, declínio funcional e maior mortalidade, especialmente em populações vulneráveis, como idosos. Além disso, fatores como prescrição fragmentada, ausência de revisão terapêutica e baixa adesão ao tratamento contribuem significativamente para a ocorrência de iatrogenias. Conclui-se que a adoção de estratégias como revisão periódica da prescrição, individualização do tratamento e uso racional de medicamentos é fundamental para minimizar riscos e promover maior segurança no cuidado clínico.

PALAVRAS - CHAVE

Polifarmácia; Iatrogenia; Comorbidades; Uso racional de medicamentos; Segurança do paciente.

ABSTRACT

Polypharmacy, defined as the concurrent use of multiple medications, has become a major challenge in contemporary clinical practice, particularly among patients with multiple comorbidities. Although often necessary for the proper management of chronic diseases, the simultaneous use of different drugs is associated with a significant increase in the risk of adverse events, drug interactions, and iatrogenic complications, directly impacting patient safety and therapeutic effectiveness. This study aimed to analyze the main risks related to polypharmacy and to discuss the challenges involved in the clinical management of these patients, based on recent scientific evidence and epidemiological data. This is an analytical literature review with a descriptive approach, using databases such as PubMed, SciELO, Google Scholar, and the Virtual Health Library. The findings indicate that inappropriate use of multiple medications is directly associated with increased hospitalizations, functional decline, and higher mortality, especially in vulnerable populations such as older adults. Furthermore, factors such as fragmented prescribing, lack of medication review, and poor treatment adherence significantly contribute to iatrogenic outcomes. It is concluded that strategies such as periodic prescription review, individualized treatment, and rational use of medications are essential to minimize risks and improve patient safety.

Keywords: Polypharmacy; Iatrogenesis; Comorbidities; Rational drug use; Patient safety.

1. INTRODUÇÃO

O avanço da medicina nas últimas décadas, aliado ao aumento da expectativa de vida da população, tem contribuído para uma mudança significativa no perfil epidemiológico das doenças, com predomínio crescente de condições crônicas não transmissíveis e maior prevalência de multimorbidades (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). Nesse cenário, a polifarmácia emerge como uma consequência direta da necessidade de manejo simultâneo de múltiplas condições clínicas, sendo frequentemente definida como o uso concomitante de cinco ou mais medicamentos (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). Embora, em muitos casos, essa abordagem seja clinicamente justificada, seu uso indiscriminado ou inadequado está associado a uma série de riscos que comprometem a segurança do paciente e a efetividade do tratamento (World Health Organization, 2019).

A complexidade inerente ao uso de múltiplos fármacos decorre não apenas do aumento do número de medicamentos prescritos, mas também da interação entre eles, que pode resultar em efeitos adversos, redução da eficácia terapêutica ou potencialização de toxicidades (Secoli, 2010). As interações medicamentosas representam um dos principais desafios nesse contexto, especialmente quando associadas a alterações farmacocinéticas e farmacodinâmicas que são frequentemente observadas em populações vulneráveis, como idosos e pacientes com doenças crônicas avançadas (Hajjar; Cafiero; Hanlon, 2007). Além disso, a presença de comorbidades pode modificar a resposta aos medicamentos, exigindo ajustes individualizados e acompanhamento rigoroso (Lima; Garcez, 2018).

Outro aspecto relevante refere-se à iatrogenia, definida como qualquer dano causado ao paciente em decorrência de intervenção médica. No contexto da polifarmácia, a iatrogenia assume papel central, uma vez que o uso excessivo ou inadequado de medicamentos pode levar a eventos adversos evitáveis, internações hospitalares e aumento da morbimortalidade (Gurwitz et al., 2003). Estudos demonstram que uma parcela significativa das hospitalizações em idosos está relacionada a reações adversas a medicamentos, muitas das quais poderiam ser prevenidas por meio de uma abordagem mais criteriosa na prescrição (Salvi et al., 2012).

Além dos riscos clínicos, a polifarmácia também está associada a desafios relacionados à adesão ao tratamento. Regimes terapêuticos complexos, que envolvem múltiplos medicamentos com diferentes posologias, aumentam a probabilidade de erros por parte dos pacientes, incluindo esquecimento de doses, uso incorreto ou interrupção do tratamento (Rozenfeld, 2003). Essa baixa adesão pode comprometer o controle das doenças de base, levando à progressão clínica e à necessidade de intervenções mais intensivas (World Health Organization, 2019).

A fragmentação do cuidado em saúde constitui outro fator importante nesse contexto. Pacientes com múltiplas comorbidades frequentemente são acompanhados por diferentes especialistas, o que pode resultar em prescrições independentes e, por vezes, não integradas (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). A ausência de comunicação efetiva entre os profissionais de saúde favorece a duplicidade terapêutica, o uso de medicamentos potencialmente inapropriados e o aumento do risco de interações medicamentosas, contribuindo para a complexidade do manejo clínico (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

Adicionalmente, fatores socioeconômicos e educacionais também influenciam o impacto da polifarmácia. Pacientes com menor nível de escolaridade ou com acesso limitado aos serviços de saúde podem apresentar maior dificuldade na compreensão das orientações médicas, o que compromete ainda mais a adesão ao tratamento (Rozenfeld, 2003). O custo elevado de múltiplos medicamentos também pode levar à interrupção parcial ou total da terapia, agravando o quadro clínico e aumentando o risco de complicações (World Health Organization, 2019).

Nesse contexto, a prática clínica exige uma abordagem mais crítica e individualizada, que vá além da simples prescrição de medicamentos. A revisão periódica da farmacoterapia, a avaliação da necessidade real de cada fármaco e a consideração dos riscos e benefícios de sua utilização são fundamentais para garantir um manejo seguro e eficaz (Page et al., 2017). Estratégias como a desprescrição, que consiste na retirada planejada de medicamentos desnecessários ou potencialmente prejudiciais, têm ganhado destaque como ferramenta importante na redução dos riscos associados à polifarmácia (Page et al., 2017).

Além disso, a utilização de critérios clínicos específicos, como os critérios de Beers e STOPP/START, pode auxiliar na identificação de medicamentos potencialmente inapropriados, especialmente em idosos, contribuindo para a otimização da prescrição (American Geriatrics Society, 2019; O'Mahony et al., 2015). A integração entre diferentes níveis de atenção à saúde e a atuação multiprofissional, envolvendo médicos, farmacêuticos e outros profissionais, também são fundamentais para a promoção do uso racional de medicamentos (Carvalho et al., 2012).

Diante desse cenário, torna-se evidente que a polifarmácia representa um desafio complexo, que envolve não apenas aspectos clínicos, mas também organizacionais e sociais (Silva; Schmidt; Silva, 2012). A compreensão aprofundada dos fatores associados à sua ocorrência e dos riscos decorrentes de seu uso inadequado é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção (World Health Organization, 2019).

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais riscos relacionados à polifarmácia e discutir os desafios no manejo de pacientes com múltiplas comorbidades, destacando a importância de uma abordagem integrada, individualizada e baseada em evidências para a promoção da segurança do paciente e a melhoria dos desfechos clínicos (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, voltada à compreensão dos riscos associados à polifarmácia e dos desafios no manejo clínico de pacientes com múltiplas comorbidades. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO,

Google Scholar e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), contemplando publicações entre os anos de 2015 e 2025, nos idiomas português e inglês. Foram utilizados descritores como “polifarmácia”, “iatrogenia”, “interações medicamentosas”, “multimorbidade” e “segurança do paciente”, combinados por meio de operadores booleanos, com o objetivo de ampliar a abrangência e relevância dos resultados. Foram incluídos estudos originais, revisões sistemáticas e diretrizes clínicas que abordassem diretamente a temática proposta, sendo excluídas publicações duplicadas, estudos com baixa consistência metodológica ou que não apresentassem relação direta com o foco do trabalho.

A análise dos dados foi conduzida de forma crítica e comparativa, buscando identificar padrões, fatores de risco e implicações clínicas relacionadas ao uso concomitante de múltiplos medicamentos. Além disso, foram considerados dados epidemiológicos e diretrizes de organizações reconhecidas, como a Organização Mundial da Saúde e sociedades científicas, a fim de contextualizar os achados no cenário atual da prática clínica. Por se tratar de um estudo baseado exclusivamente em dados secundários disponíveis na literatura, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normas vigentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Determinantes da polifarmácia em pacientes com multimorbidades

A polifarmácia emerge como um fenômeno multifatorial diretamente associado às transformações demográficas, epidemiológicas e organizacionais observadas nas últimas décadas (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). O envelhecimento populacional, aliado ao aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, constitui um dos principais determinantes desse cenário, uma vez que pacientes com multimorbidades frequentemente necessitam de múltiplas intervenções farmacológicas para o controle simultâneo de diferentes condições clínicas (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). Nesse contexto, observa-se que a polifarmácia não é, em si, um evento isolado ou necessariamente inadequado, mas sim uma consequência direta da complexidade clínica crescente dos pacientes (Machado; Cavalcanti; Bozza, 2020).

Além do envelhecimento, outro fator determinante relevante é a coexistência de múltiplas doenças crônicas, como hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, dislipidemia e doenças cardiovasculares (Carvalho et al., 2012). A presença simultânea dessas condições exige abordagens terapêuticas combinadas, frequentemente baseadas em diretrizes clínicas específicas para cada patologia (World Health Organization, 2019). No entanto, essas diretrizes, quando aplicadas de forma isolada e sem integração entre si, podem levar a um aumento progressivo no número de medicamentos prescritos, sem considerar adequadamente o impacto global sobre o paciente (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004).

A fragmentação do cuidado em saúde representa um dos principais elementos estruturais que contribuem para a ampliação da polifarmácia (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). Pacientes com múltiplas comorbidades frequentemente são acompanhados por diferentes especialistas, cada um responsável por uma condição específica. Essa abordagem, embora necessária em muitos casos, pode resultar em prescrições independentes e, por vezes, redundantes ou conflitantes (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). A ausência de comunicação efetiva entre os profissionais de saúde favorece a duplicidade terapêutica, o uso de medicamentos potencialmente inapropriados e o aumento do risco de interações medicamentosas (Secoli, 2010).

Outro aspecto importante refere-se à prática clínica baseada em protocolos e diretrizes, que, embora fundamentadas em evidências científicas, nem sempre consideram a individualidade do paciente com múltiplas

comorbidades (Page et al., 2017). A aplicação rígida dessas recomendações pode levar à prescrição cumulativa de medicamentos, sem avaliação crítica da real necessidade de cada um deles (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). Esse fenômeno é particularmente evidente em pacientes idosos, nos quais a resposta farmacológica pode estar alterada devido a mudanças fisiológicas relacionadas ao envelhecimento, aumentando o risco de eventos adversos (Hajjar; Cafiero; Hanlon, 2007).

Além disso, fatores relacionados ao próprio sistema de saúde, como a dificuldade de acesso a consultas regulares, a falta de acompanhamento longitudinal e a ausência de revisão periódica da prescrição, contribuem significativamente para a manutenção e progressão da polifarmácia (Rozenfeld, 2003). Em muitos casos, medicamentos são mantidos por longos períodos sem reavaliação adequada, mesmo após a resolução ou estabilização da condição que motivou sua prescrição inicial (World Health Organization, 2019).

Do ponto de vista comportamental, a expectativa do paciente em relação ao tratamento também pode influenciar a ocorrência de polifarmácia (Rozenfeld, 2003). A crença de que a utilização de múltiplos medicamentos está diretamente associada a um melhor controle da doença pode levar à aceitação passiva de regimes terapêuticos complexos, sem questionamento quanto à sua real necessidade (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). Da mesma forma, a pressão assistencial por resolutividade imediata pode induzir o profissional de saúde a optar por intervenções farmacológicas adicionais, mesmo quando abordagens não medicamentosas poderiam ser consideradas (World Health Organization, 2019).

Adicionalmente, a indústria farmacêutica e a ampla disponibilidade de medicamentos no mercado também desempenham papel indireto nesse contexto, facilitando o acesso a diferentes classes terapêuticas e contribuindo para a ampliação das opções de tratamento, o que, por sua vez, pode favorecer o uso concomitante de múltiplos fármacos (World Health Organization, 2019).

Dessa forma, observa-se que a polifarmácia resulta da interação complexa entre fatores clínicos, organizacionais e comportamentais, não podendo ser atribuída a uma única causa isolada (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). A compreensão desses determinantes é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção, que visem não apenas a redução do número de medicamentos, mas a otimização do tratamento como um todo (Page et al., 2017).

Nesse sentido, a análise crítica dos determinantes da polifarmácia permite identificar pontos-chave para intervenção, como a necessidade de integração entre profissionais de saúde, a revisão periódica da prescrição e a adoção de abordagens centradas no paciente (Carvalho et al., 2012). Essas medidas são essenciais para reduzir riscos associados ao uso excessivo de medicamentos e promover maior segurança no cuidado clínico (World Health Organization, 2019).

3.2. Riscos associados: iatrogenia, internações e mortalidade

A polifarmácia, embora muitas vezes necessária no manejo de pacientes com múltiplas comorbidades, está fortemente associada a um aumento significativo de eventos adversos, configurando-se como um dos principais fatores de risco para iatrogenia na prática clínica contemporânea (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). A utilização concomitante de múltiplos medicamentos eleva exponencialmente a probabilidade de interações medicamentosas, erros de prescrição e reações adversas, comprometendo diretamente a segurança do paciente e a efetividade terapêutica (Secoli, 2010).

Do ponto de vista clínico, a iatrogenia relacionada à polifarmácia pode se manifestar de diversas formas, incluindo eventos adversos leves, como tontura e náuseas, até complicações graves, como sangramentos,

insuficiência renal, arritmias e quedas, especialmente em populações vulneráveis (Hajjar; Cafiero; Hanlon, 2007). Em pacientes idosos, essas complicações assumem proporções ainda mais relevantes, uma vez que alterações fisiológicas relacionadas ao envelhecimento, como redução da função renal e hepática, modificam o metabolismo e a excreção dos fármacos, aumentando o risco de toxicidade mesmo em doses terapêuticas (Salvi et al., 2012).

Além disso, a presença de múltiplos medicamentos favorece a ocorrência da chamada “cascata de prescrição”, na qual um efeito adverso é interpretado como uma nova condição clínica, levando à introdução de mais um fármaco, perpetuando um ciclo de aumento progressivo da carga medicamentosa (Gurwitz et al., 2003). Esse fenômeno contribui não apenas para o agravamento dos riscos clínicos, mas também para a dificuldade de identificação da causa primária dos sintomas apresentados pelo paciente (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

Outro aspecto crítico refere-se ao impacto da polifarmácia nas taxas de internação hospitalar (Salvi et al., 2012). Estudos demonstram que pacientes em uso de cinco ou mais medicamentos apresentam maior probabilidade de hospitalização, sendo que uma parcela significativa dessas internações está diretamente relacionada a eventos adversos evitáveis (Gurwitz et al., 2003). Esse cenário evidencia falhas no acompanhamento clínico e na revisão periódica da prescrição, reforçando a necessidade de estratégias mais eficazes de monitoramento (World Health Organization, 2019).

A mortalidade também se mostra significativamente influenciada pela polifarmácia, especialmente quando associada ao uso de medicamentos potencialmente inapropriados (American Geriatrics Society, 2019). A combinação de múltiplos fármacos pode levar a interações graves e à descompensação de doenças de base, aumentando o risco de óbito, sobretudo em pacientes com fragilidade clínica (Page et al., 2017). Nesse sentido, a polifarmácia deixa de ser apenas uma consequência do tratamento e passa a atuar como fator independente de risco para desfechos negativos (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais impactos clínicos associados à polifarmácia, com base em dados da literatura:

Tabela 1 – Impactos clínicos associados à polifarmácia em pacientes com multimorbidades

Desfecho Clínico	Risco associado à polifarmácia	Descrição clínica
Eventos adversos medicamentosos	↑ até 2 a 3 vezes maior	Reações como hipotensão, sangramentos, alterações cognitivas
Internações hospitalares	↑ 30% a 60%	Principalmente por eventos adversos evitáveis
Quedas e fraturas	↑ significativo (especialmente idosos)	Associado a sedativos, anti-hipertensivos e hipoglicemiantes
Declínio funcional	Progressivo	Redução da autonomia e capacidade de realizar atividades diárias
Mortalidade	↑ risco relativo	Associada a interações graves e fragilidade clínica

Fonte: adaptado de Maher et al. (2014); Machado et al. (2020); Organização Mundial da Saúde (2020).

A análise dos dados apresentados evidencia que a polifarmácia está diretamente associada a desfechos clínicos negativos relevantes, com impacto significativo tanto na saúde do paciente quanto na utilização de recursos do sistema de saúde (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). Destaca-se que muitos desses eventos são potencialmente evitáveis, o que reforça a importância de intervenções direcionadas à racionalização do uso de medicamentos (World Health Organization, 2019).

Outro ponto relevante diz respeito ao impacto econômico decorrente dessas complicações. O aumento das interações, a necessidade de tratamentos adicionais e o prolongamento do tempo de hospitalização resultam em maior custo para os sistemas de saúde, evidenciando que a polifarmácia não representa apenas um problema clínico, mas também um desafio econômico e organizacional (Salvi et al., 2012).

Adicionalmente, a presença de múltiplos medicamentos pode dificultar a adesão ao tratamento, contribuindo para o uso incorreto das medicações e potencializando ainda mais os riscos associados (Rozenfeld, 2003). Esse fator cria um ciclo negativo, no qual a baixa adesão leva à piora do controle das doenças, resultando em novas intervenções terapêuticas e aumento adicional da polifarmácia (Secoli, 2010).

Dessa forma, torna-se evidente que os riscos associados à polifarmácia são amplos e interdependentes, envolvendo desde eventos adversos diretos até impactos sistêmicos na organização do cuidado em saúde (Page et al., 2017). A identificação desses riscos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que visem não apenas a redução do número de medicamentos, mas a melhoria global da qualidade da assistência e da segurança do paciente (World Health Organization, 2019).

3.3. Desafios no manejo clínico integrado da polifarmácia

O manejo da polifarmácia em pacientes com múltiplas comorbidades representa um dos maiores desafios da prática clínica contemporânea, exigindo não apenas conhecimento farmacológico aprofundado, mas também uma abordagem integrada e centrada no paciente (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). A complexidade desse cenário decorre da necessidade de equilibrar os benefícios terapêuticos individuais de cada medicamento com os riscos cumulativos associados ao seu uso concomitante, o que demanda constante reavaliação clínica e tomada de decisão criteriosa (World Health Organization, 2019).

Um dos principais obstáculos nesse contexto é a fragmentação do cuidado em saúde (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). Pacientes com multimorbidades frequentemente são acompanhados por diversos especialistas, cada um focado em uma condição específica, o que pode resultar em prescrições independentes e, muitas vezes, não integradas (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). Essa falta de comunicação entre os profissionais contribui para a duplicidade terapêutica, o uso de medicamentos potencialmente inapropriados e o aumento do risco de interações medicamentosas, dificultando a construção de um plano terapêutico coeso e seguro (Secoli, 2010).

Além disso, a ausência de uma revisão sistemática da prescrição ao longo do tempo constitui um fator crítico (Rozenfeld, 2003). Em muitos casos, medicamentos são mantidos indefinidamente sem reavaliação de sua real necessidade, mesmo após mudanças no quadro clínico do paciente (Page et al., 2017). Essa prática contribui para o acúmulo progressivo de fármacos e para a manutenção de terapias que já não apresentam benefício clínico significativo, aumentando o risco de eventos adversos (Salvi et al., 2012).

Outro desafio relevante refere-se à dificuldade de aplicação de diretrizes clínicas em pacientes com múltiplas comorbidades (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). A maioria das recomendações terapêuticas é baseada em estudos que avaliam doenças isoladas, o que limita sua aplicabilidade em pacientes complexos. A utilização simultânea de múltiplas diretrizes pode levar a conflitos terapêuticos e à prescrição excessiva de medicamentos, sem considerar adequadamente o impacto global sobre o paciente (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). Nesse sentido, torna-se fundamental a adaptação dessas recomendações à realidade clínica individual, priorizando intervenções com maior benefício comprovado (World Health Organization, 2019).

A adesão ao tratamento também desempenha papel central no manejo da polifarmácia (Rozenfeld, 2003). Regimes terapêuticos complexos, com múltiplos medicamentos e diferentes horários de administração, aumentam

significativamente o risco de erros por parte dos pacientes, incluindo omissão de doses, uso incorreto e interrupção do tratamento (Secoli, 2010). A baixa adesão compromete o controle das doenças de base e pode levar à introdução de novos medicamentos, perpetuando o ciclo da polifarmácia (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

Adicionalmente, fatores relacionados ao paciente, como limitações cognitivas, baixa escolaridade e dificuldades socioeconômicas, podem dificultar ainda mais o manejo adequado da farmacoterapia (Carvalho et al., 2012). Esses aspectos reforçam a necessidade de uma abordagem individualizada, que considere não apenas as condições clínicas, mas também o contexto social e a capacidade do paciente de compreender e seguir as orientações médicas (World Health Organization, 2019).

A integração da equipe multiprofissional surge como estratégia essencial para enfrentar esses desafios (Carvalho et al., 2012). A atuação conjunta de médicos, farmacêuticos, enfermeiros e outros profissionais de saúde permite uma avaliação mais abrangente da farmacoterapia, facilitando a identificação de problemas relacionados a medicamentos e a implementação de intervenções mais seguras e eficazes (Page et al., 2017). O farmacêutico clínico, em particular, desempenha papel importante na revisão da prescrição, na identificação de interações medicamentosas e na orientação ao paciente (Secoli, 2010).

Outro aspecto fundamental é a incorporação de estratégias como a reconciliação medicamentosa, especialmente em momentos de transição do cuidado, como internações e altas hospitalares (World Health Organization, 2019). Esse processo permite a revisão completa dos medicamentos em uso, identificando discrepâncias e prevenindo erros que poderiam resultar em eventos adversos (Gurwitz et al., 2003).

Além disso, o uso de ferramentas de apoio à decisão clínica, como sistemas informatizados e critérios de avaliação de medicamentos potencialmente inapropriados (como Beers e STOPP/START), pode auxiliar na otimização da prescrição, reduzindo a variabilidade na prática clínica e aumentando a segurança do paciente (American Geriatrics Society, 2019; O'Mahony et al., 2015).

Dessa forma, o manejo da polifarmácia deve ser compreendido como um processo dinâmico e contínuo, que exige monitoramento constante, revisão periódica e adaptação às mudanças no estado clínico do paciente (Page et al., 2017). A superação dos desafios associados a esse contexto depende da integração entre profissionais, da individualização do tratamento e da implementação de estratégias baseadas em evidências, com foco na promoção do uso racional de medicamentos e na melhoria dos desfechos clínicos (World Health Organization, 2019).

3.4. Estratégias para otimização terapêutica e redução dos riscos da polifarmácia

Diante dos riscos amplamente associados à polifarmácia, torna-se fundamental a adoção de estratégias que visem não apenas a redução do número de medicamentos, mas principalmente a otimização da farmacoterapia de forma segura, individualizada e baseada em evidências (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014). Nesse contexto, o conceito de uso racional de medicamentos ganha destaque, enfatizando a necessidade de prescrever apenas o que é clinicamente indicado, na dose adequada e pelo tempo necessário, considerando as particularidades de cada paciente (World Health Organization, 2019).

Uma das principais abordagens nesse cenário é a revisão periódica da prescrição, que consiste na reavaliação sistemática de todos os medicamentos em uso, com o objetivo de identificar fármacos desnecessários, duplicidades terapêuticas e potenciais interações medicamentosas (Page et al., 2017). Essa prática permite ajustar o tratamento de acordo com a evolução clínica do paciente, reduzindo riscos e promovendo maior segurança (Salvi et al., 2012). A revisão medicamentosa deve ser realizada de forma contínua, especialmente em pacientes idosos ou com múltiplas comorbidades, nos quais a dinâmica clínica é frequentemente variável (Rozenfeld, 2003).

A desprescrição, por sua vez, surge como uma estratégia complementar de grande relevância, sendo definida como o processo planejado de redução ou retirada de medicamentos que não apresentam mais benefício clínico ou que possam causar danos ao paciente (Page et al., 2017). Esse processo deve ser conduzido de forma criteriosa, levando em consideração fatores como a expectativa de vida, a qualidade de vida e as preferências do paciente (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). A desprescrição não deve ser entendida como simples retirada de medicamentos, mas como uma intervenção terapêutica ativa, que visa otimizar o tratamento e reduzir a carga medicamentosa (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

Outro elemento essencial refere-se à individualização da terapêutica (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). Em pacientes com múltiplas comorbidades, a abordagem padronizada baseada em diretrizes isoladas pode não ser adequada, sendo necessário priorizar intervenções com maior impacto clínico e menor risco (World Health Organization, 2019). A tomada de decisão deve considerar não apenas as evidências científicas, mas também o contexto clínico e social do paciente, promovendo uma abordagem centrada na pessoa (Carvalho et al., 2012).

A utilização de ferramentas clínicas também desempenha papel importante na otimização da prescrição. Critérios como Beers e STOPP/START auxiliam na identificação de medicamentos potencialmente inapropriados, especialmente em idosos, permitindo intervenções mais seguras e direcionadas (American Geriatrics Society, 2019; O'Mahony et al., 2015). Além disso, sistemas informatizados de apoio à decisão clínica podem contribuir para a detecção de interações medicamentosas e para a padronização das condutas, reduzindo erros e aumentando a segurança do paciente (Secoli, 2010).

A educação do paciente constitui outro pilar fundamental nesse processo (Rozenfeld, 2003). A compreensão adequada do esquema terapêutico, incluindo a finalidade de cada medicamento, posologia e possíveis efeitos adversos, contribui significativamente para a adesão ao tratamento e para a redução de erros no uso das medicações (World Health Organization, 2019). Estratégias como simplificação do regime terapêutico, uso de organizadores de medicamentos e orientações claras podem melhorar significativamente os resultados clínicos (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

Além disso, a atuação multiprofissional é essencial para o manejo eficaz da polifarmácia (Carvalho et al., 2012). A integração entre médicos, farmacêuticos e enfermeiros permite uma abordagem mais abrangente e segura, facilitando a identificação de problemas relacionados a medicamentos e a implementação de intervenções adequadas (Page et al., 2017). O farmacêutico clínico, em particular, desempenha papel relevante na revisão da farmacoterapia e na educação do paciente (Secoli, 2010).

Abaixo, é apresentado uma síntese das principais estratégias utilizadas para redução dos riscos associados à polifarmácia (Tabela 2).

A análise das estratégias apresentadas evidencia que a otimização da farmacoterapia depende de uma abordagem multifatorial, que envolve não apenas o profissional prescritor, mas todo o sistema de cuidado em saúde (World Health Organization, 2019). A implementação dessas medidas tem potencial significativo para reduzir os riscos associados à polifarmácia, melhorar a qualidade de vida dos pacientes e otimizar os recursos de saúde (Page et al., 2017).

Dessa forma, a transição de um modelo centrado na prescrição para um modelo centrado no paciente representa um passo fundamental para o enfrentamento dos desafios relacionados à polifarmácia (Tinetti; Bogardus; Agostini, 2004). A adoção de práticas baseadas em evidências, aliada à integração entre profissionais e à participação ativa do paciente, constitui a base para um manejo mais seguro, eficaz e sustentável (Maher; Hanlon; Hajjar, 2014).

Tabela 2 – Estratégias para otimização da farmacoterapia em pacientes com polifarmácia

Estratégia	Objetivo principal	Impacto clínico esperado
Revisão periódica da prescrição	Identificar medicamentos desnecessários	Redução de eventos adversos
Desprescrição	Retirar fármacos sem benefício clínico	Diminuição da carga medicamentosa
Individualização terapêutica	Adaptar tratamento ao perfil do paciente	Melhor eficácia e segurança
Uso de critérios clínicos (Beers, STOPP/START)	Identificar medicamentos inapropriados	Redução de iatrogenias
Educação do paciente	Melhorar adesão e uso correto dos medicamentos	Redução de erros e complicações
Atuação multiprofissional	Integrar diferentes áreas do cuidado	Melhoria global dos desfechos

Fonte: adaptado de Maher et al. (2014); Machado et al. (2020); Organização Mundial da Saúde (2020).

4. CONCLUSÃO

A polifarmácia configura-se como um dos principais desafios da prática clínica contemporânea, especialmente no contexto do envelhecimento populacional e do aumento da prevalência de doenças crônicas múltiplas. Embora, em muitos casos, o uso concomitante de diversos medicamentos seja necessário para o controle adequado das condições clínicas, os achados deste estudo evidenciam que a ausência de uma abordagem integrada e criteriosa pode transformar essa estratégia terapêutica em um importante fator de risco para eventos adversos, internações hospitalares e aumento da mortalidade.

A análise dos determinantes da polifarmácia demonstra que sua ocorrência está diretamente relacionada não apenas às características clínicas dos pacientes, como multimorbidade e fragilidade, mas também a fatores estruturais do sistema de saúde, incluindo a fragmentação do cuidado e a ausência de comunicação efetiva entre profissionais. Esses elementos contribuem para a prescrição excessiva e, muitas vezes, inadequada de medicamentos, reforçando a necessidade de mudanças na forma como o cuidado é organizado e conduzido.

Além disso, os riscos associados à polifarmácia, particularmente no que se refere à iatrogenia, destacam a importância de uma vigilância constante sobre a farmacoterapia. A ocorrência de eventos adversos evitáveis, a cascata de prescrição e o impacto significativo sobre a qualidade de vida dos pacientes evidenciam que o uso de múltiplos medicamentos deve ser continuamente reavaliado, com foco na segurança e na efetividade do tratamento.

Os desafios identificados no manejo clínico integrado reforçam a complexidade desse cenário, evidenciando a necessidade de uma abordagem que vá além da aplicação isolada de diretrizes clínicas. A individualização do tratamento, a consideração do contexto biopsicossocial do paciente e a integração entre diferentes níveis de atenção à saúde são elementos fundamentais para a construção de um plano terapêutico mais seguro e eficaz. Nesse sentido, a atuação multiprofissional e a incorporação de ferramentas de apoio à decisão clínica representam estratégias essenciais para a melhoria dos desfechos.

Adicionalmente, a adoção de intervenções como revisão periódica da prescrição, desprescrição e educação do paciente demonstra potencial significativo para reduzir os riscos associados à polifarmácia. Essas estratégias, quando aplicadas de forma sistemática e baseada em evidências, contribuem para a otimização da farmacoterapia e para a promoção do uso racional de medicamentos, impactando positivamente a qualidade do cuidado prestado.

Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento dos desafios relacionados à polifarmácia exige uma mudança de paradigma na prática clínica, com transição de um modelo centrado na prescrição para um modelo centrado no

paciente. A integração entre profissionais, a revisão contínua das condutas terapêuticas e a valorização da individualidade clínica são fundamentais para garantir maior segurança, eficácia e sustentabilidade no cuidado em saúde. Nesse contexto, a polifarmácia deve ser compreendida não apenas como uma consequência da complexidade clínica, mas como uma condição que requer atenção específica, manejo estratégico e abordagem multidimensional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN GERIATRICS SOCIETY. Updated Beers Criteria for potentially inappropriate medication use in older adults. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 67, n. 4, p. 674–694, 2019.

CARVALHO, M. F. C. et al. Polifarmácia entre idosos do Brasil: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 5, p. 818–829, 2012.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 335–342, 2015.

GURWITZ, J. H. et al. Incidence and preventability of adverse drug events among older persons in the ambulatory setting. **JAMA**, v. 289, n. 9, p. 1107–1116, 2003.

HAJJAR, E. R.; CAFIERO, A. C.; HANLON, J. T. Polypharmacy in elderly patients. **American Journal of Geriatric Pharmacotherapy**, v. 5, n. 4, p. 345–351, 2007.

LIMA, T. J. V.; GARCEZ, A. S. Polifarmácia em idosos: revisão da literatura. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 1–12, 2018.

MACHADO, F. R.; CAVALCANTI, A. B.; BOZZA, F. A. The epidemiology of sepsis in Brazil. **Critical Care Clinics**, v. 36, n. 1, p. 17–28, 2020.

MAHER, R. L.; HANLON, J.; HAJJAR, E. R. Clinical consequences of polypharmacy in elderly. **Expert Opinion on Drug Safety**, v. 13, n. 1, p. 57–65, 2014.

O'MAHONY, D. et al. STOPP/START criteria for potentially inappropriate prescribing in older people. **Age and Ageing**, v. 44, n. 2, p. 213–218, 2015.

PAGE, A. T. et al. Deprescribing in older people. **British Journal of Clinical Pharmacology**, v. 83, n. 1, p. 15–26, 2017.

ROZENFELD, S. Prevalência, fatores associados e mau uso de medicamentos entre idosos: uma revisão. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 717–724, 2003.

SALVI, F. et al. Adverse drug events as a cause of hospitalization in older adults. **Drug Safety**, v. 35, n. 1, p. 29–45, 2012.

SECOLI, S. R. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 1, p. 136–140, 2010.

SILVA, M. D.; SCHMIDT, O. F.; SILVA, S. Polifarmácia em geriatria. **Revista da AMRIGS**, v. 56, n. 2, p. 164–174, 2012.

TINETTI, M. E.; BOGARDUS, S. T.; AGOSTINI, J. V. Potential pitfalls of disease-specific guidelines for patients with multiple conditions. **New England Journal of Medicine**, v. 351, n. 27, p. 2870–2874, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Medication safety in polypharmacy. Geneva: World Health Organization, 2019.